Cartas Persas: passado e presente

M A R I A O D I L A L E I T E D A S I L V A D I A S

É enriquecedora a oportunidade de ler na tradução cuidada e elegante de Renato Janine Ribeiro uma obra importante de Montesquieu, publicada em Genebra em 1721, que nos põe em contato com o próprio processo de formação da modernidade crítica dos ilustrados e ainda nos oferece a possibilidade de refletir sobre as pontes que nos separam e nos projetam, tal como nos pensamos hoje, ao modo dos franceses se refletiram no momento histórico representado pelas Cartas Persas. Sob a forma de um romance satírico, construído através da correspondência de múltiplos personagens, os pontos de vista individuais se entrecruzam sob uma multiplicidade de assuntos, que podem ser abordados sem ordem nem plano e que todos põem em discussão problemas importantes, costumes, leis, moral, política, o individual, o público e o interesse geral, de modo que se entrecruzam e completam num feixe de perspectivismos e de críticas ferinas à França da Regência de Luís XV e dela se estendendo até nós, por somarem com estilo e método, uma cadeia de particularidades em busca de sentimentos globais, que o estilo do escritor torna acessível à sensibilidade do leitor e não apenas compreensível à razão. "Mesmo nos menores detalhes há algo singular que posso sentir, mas não consigo expressar" (p. 47), diria a respeito da busca da forma para moldar sua obra, pois para Montesquieu não bastava persuadir, era preciso, além disso, fazer o leitor sentir (p. 29). "Todo o agrado desta obra só podia consistir no eterno contraste entre as coisas reais e a maneira singular, nova ou estranha, pela qual elas eram percebidas" (p. 265).

As Cartas Persas enquanto romance epistolar evocam um processo de civilização, de difusão de modos críticos de pensar capazes de transcenderem a Igreja, a Tradição, sem romper com o passado, a continuidade histórica, de modo que pro-
fundas reformas são descortinadas através
de um método de pensamento e de um
modo de exprimí-las, que permitem o pro-
selitismo ameno e suscitam sutilmente o
debate. Trata-se da busca de verdades e de
suas legitimidades, desde pequenos há-
bitos de todo o dia — a urbanização, as
relações entre os sexos, o divórcio, duc-
los, a moda —, até as leis fundamentais da
nação, autoridade do Rei e seus limites, o
papel dos nobres, dos burgueses em ascen-
censão social, das várias formas de justiça

de governo, da sociedade, enfim, da hu-
manidade.

Descendente de uma família enobreci-
da na carreira militar desde o século XVI,
nascido em 1689 nas proximidades de
Bordeaux, Montesquieu teve uma forma-
cção apurada, na escola dos oratórios,
perto de Paris. Em 1716, aos 27 anos, já
advogado conhecido, formado em 1708
pela Universidade de Bordeaux, com oito
anos de prática em Paris, Montesquieu
herdou de um tio o título de barão e o car-
gado presidente do Parlamento de Bor-
deach. A experiência de magistrado enga-
gado na luta política da aristocracia de
pro-
víncia, a vida social mundana nos salões
mais requintados de Paris, onde se desta-
cava enquanto intelectual por sua aparen-
te distração e humor irônico, levaram-no a
iniciar sua vida de escritor marcado pela
perspectiva destes mundos diferentes nos
quais circulava e que através da sátira que-
ria de certa forma escrutinar e transcen-
der. "Educo-me nos segredos do com-
ércio, nos interesses dos príncipes, na
forma do governo local" — escrevia Rédic
a Usbek. "Não me desci do sequer das
superstições europeias: dedico-me à medi-
cina, à física, à astronomia: estudo as artes;
em suma, saio das nuvens que me em-
baçavam os olhos no país em que nasci".
(p. 60).

A escolha do romance epistolar calhava
bem com seu feitio de intelectual ilustra-
do. Estava então muito na moda, como
bem lembra o tradutor em sua introdução.
Na verdade, Montesquieu parodiava certas
Cartas Siamesas (1707), publicadas por
Dufresny, obra que ele provavelmente leu,
quando ainda terminava o curso secun-
dário. Na obra de Montesquieu, a sátira vi-
ria delicada e espirituosamente velada por
um estilo decisivamente marcado por La
Bruyère, elegante, lapidado, severo, evi-
tando a todo custo o pomposo e o grotes-
co. Como ele mesmo escrevia, preferia o
coloquial e o quotidiano. O seu estilo de
escrever, principalmente na obra em ques-
tão, expressa justamente um processo de
sociaibilidade, um modo de conviver em
sociedade, que soube transformar em de-
bate, em diálogo, em convívio intelectual
mundano, ameno, prazeroso; questões
candentes como a pobreza, a mortalidade
infantil, o aborto, as intrigas da corte, o
poder do Rei, a moda, as mulheres em so-
ciedade, mobilidade social, nouvelle riche,
educação, justiça, o cumprimento de
leis. Buscava captar a diversidade com que
se expressava a natureza humana e fugir
de uma linguagem neutra ou uníssona
(p. 110).

A publicação das Cartas Persas reforça
de certa maneira a interpretação de Peter
Gay (1) do processo de desenvolvimento da
ilustração como sendo sobretudo um
processo de difusão mais do que o de pro-
dução de ideias liberais, iconoclastas e
reformadoras da sociedade. Neste sentido a
obra de Montesquieu merece um
devido destaque, pois realça o processo de
divulgação ameno e divertido de ideias
fundamentais sobre a própria natureza da
sociedade, porém difundidas nos salões
aristocráticos sob uma forma de sociabili-
dade de elite essencialmente urbana. A
conversação e o provocar de debates co-
mo que forçando o exercício do espírito
crítico, despertando a consciência social e
forçando ao vivo o proselitismo, a difusão

---

1 Peter Gay, The Enlighten-
ment: an Interpretation.
11. The Science of Free-
edom, New York, A. Kno-

MARIA ODILA LEITE DA
SILVA DIAS é professora
titular de História do
Brasil do Departamento
de História da
FFLCH-USP.

Cartas Persas, Charles
de Secondat
Montesquieu, tradução
deo Renato Janine
Ribeiro, São Paulo,
e propagação de um modo crítico de rever a experiência da vida em sociedade.

Com aguda sensibilidade, Montesquieu voltava-se para o estudo das ciências úteis e para a metafísica, com enfase essencialmente político como caberia ao perfil do intelectual da Ilustração; insistia na necessidade de exercitar a razão, de descobrir as leis que regem a natureza humana através da experiência, superando dogmas, tradições, vícios e preconceitos atávicos. Feudal inimigo do despotismo, escreveu a respeito dele Louis Althusser, encontrou no passado as chaves para o futuro (2).

Aristocrata e homem de elite, discípulo de Montaigne e de La Bruyère, era ao mesmo tempo um indivíduo combativo e sofrido: "No curso de uma longa vida" — diria o primeiro eunuc na carta a Ibbi —, "não posso afirmar que tenha tido um só dia sereno e um único momento tranquilo" ... Em sua correspondência, observava que preferia "a tormenta do corpo à tormenta do espírito". Crítico do seu próprio mundo e ainda identificado com a luta política da aristocracia, ao cultivar um convívio intelectual didático e ilustrador, tinha um projeto bastante concreto, de certa forma moralista. Sob os costumes decadentes, procurava discernir o melhor da natureza humana e traçar o perfil de suas leis fundamentais para mostrar como se relacionavam com as necessidades específicas de cada indivíduo, enquanto chefe de família, patriota, cidadão vinculando o mais banal e quotidianas à perspectivas de reforma da monarquia, da nação francesa e de toda a humanidade. "Si je savais quelque chose qui me fût utile et que fût préjudiciable à ma patrie, je le rejeterais de mon esprit. Si je savais quelque chose qui fût utile à ma patrie, et qui ne fût pas à ma patrie, je chercherais à l'oublier. Si je savais quelque chose utile à ma patrie et que fût préjudiciable à l'Europe et au genre humain, je le regarderais comme un crime."

Sob forma amena como atitude perante a vida, delineava nas Cartas Persas um programa de reformas políticas, cuja necessidade já se impunha a seu ver como inadiável. Montesquieu estava associado ao movimento aristocrático que pretendia reforçar a esfera de autonomia dos tribunais judiciais, dos parlatamento e cercar o direito divino do Rei. Argumentava em prol dos privilégios feudais, que contraditoriamente se confundiam em suas origens com a palavra liberdade, defendendo acima de tudo a liberdade do indivíduo em processo de se transformar em cidade.

Resvalava neste sentido pelo pioneirismo radical de um pensamento em princípio reacionário, pois pertinho dos interesses históricos e da deles dos privilégios e isenções fiscais da aristocracia tógada francesa contra a excessiva concentração de poder na esfera real ou do poder executivo. A crítica ao governo de Luís XIV e à perversidade de ministros, que voltavam o Rei contra a sua Corte e os seus vassalos (p. 205), ampliava-se para a crítica da Regência no início do reinado de Luís XV e desta para qualquer paroquialismo.

Participava na realidade de dois mundos. Enquanto presidente do Parlamento de Bordeaux, cargo herdado, defendia as prerrogativas da aristocracia e a separação dos poderes, com ênfase, é claro, na importância dos tribunais judiciais como eventuais autoridades capazes de equilibrar excessos do poder real ou do despotismo esclarecido. Nesse sentido, apoia o movimento político da aristocracia, que se fortalecia contra o Rei tentando conservar prerrogativas judiciais, fiscais e administração. Como intelectual e aristocrata dos salões parisienne, teve um papel pioneiro e de vanguarda na formação da crítica liberal e na gestação do movimento secular, reformista. "O temp, que tudo consome, destruirá até os erros: todos os homens se surpreenderão ao se verem sob o mesmo estandarte: tudo, até a própria Lei, se terá consumido: os divinos exemplares serão retirados da Terra e levados aos arquivos celestiais" (p. 65).

A formação da intelectualidade ilustrada correspondia a um fenômeno tipicamente parisienne e, pois, essencialmente urbano. Daniel Mornet (3) em seus estudos sobre os origens do pensamento ilustrado também ressaltado o papel da intelectualidade urbana e dos processos de sociabilidade gerados no correr das primeiras décadas do século XVIII: as sociedades literárias e científicas, os salões, depois as lojas maçônicas (Montesquieu fazia parte de uma), os círculos de palestras e conferências, finalmente os cafés, enfim o hábito da conversação e do debate de temas polêmicos relativos às necessárias reformas políticas, religiosas, educacionais, econômicas, culturais, que faziam parte de um processo histórico bem mais amplo, explicar também a forma acessível, relativamente desordenada, em que os temas são apresentados por Montesquieu, nas Cartas Persas.

A publicação desta obra em 1721 suscitou polêmicas, intrigas, inimizações, problemas sérios com a Igreja e, ao mesmo tempo, um grande sucesso mundano nos salões de Paris, de modo que intensificou sua vida intelectual e social. Aproximou do salão de Mme. Lambert, que o levaria até a Academia Francesa. Muito da diversidade de interesses e da amplitude de suas preocupações marca esta primeira obra, que anuncia as obras posteriores. As discussões mais profundas acerca da ambigüe e sutil distinção das esferas públicas e privadas dão muito o que pensar sobre a cultura ilustrada e o perfil do homem de letras na primeira metade do século XVIII. O indivíduo transcendia paróquia, pátria, para situar-se no mundo. "Como se o direito público não fosse também ele um direito civil, não, é claro, de um país em particular, mas do mundo inteiro" (p. 157). Era o que reiterava em inúmeras passagens dessa sua primeira obra: "O coração é cidadão de todos os países. Como uma alma bem feita poderá impedir-se de contrair laços... Assim sou eu, Usbek: onde quer que encontre seres humanos, formarei amigos" (p. 115).

Um grande espaço do livro, provavelmente também de sua vida pessoal, é dedicado ao assunto das relações amorosas e de poder entre homens e mulheres. Montesquieu politiza o sexo e sensibiliza as artes eróticas através de cartas em que expõe as manhas do serralho; o domínio exercido por um e outro sexo, as ambigüidades do prazer e da sedução, as qualidades da sensibilidade e da natureza, tratadas com sutilza para exercerem o almejado poder. Cerca de um quarto do livro consiste na correspondência privada de Usbek, com os eunucos, com suas mulheres Zachi, Fatmê, Zénis e delas com ele. Muito do mundo dos libertinos transparece das críticas ao serralho persa e sobretudo às arimanhas de poder de mulheres aparentemente submissas. "O amor entre nós", escreve Usbek a Ibben (carta 56), "não causa perturbação nem furo; é uma paixão debilitada, que traz calma à alma: a poligamia liberta-nos do império das mulheres, ao mesmo tempo que modera a vencença dos nossos desejos" (pp. 99-100). Na França, "um marido que pretendesse ser o único a possuir sua mulher seria tido como um perturbador da ordem pública, como um insensato que almejasse gozar da luz do sol em detrimento dos outros homens" (p. 98).

Na carta 107 documenta o enorme poder político exercido informalmente nos bastidores e nos salões pelas mulheres francesas, que chegavam praticamente a controlar um estado dentro do Estado. Na Persia era notória a influência de duas ou três mulheres junto ao Désputa, porém, na França, todas as mulheres mandavam, e não apenas no ato, mas também no varejo (p. 178). Ao mesmo tempo, Montesquieu coloca na ordem do dia muitas das questões levantadas pelas feministas do século XVIII, como se divulgasse o Tratado da Moral e da Política: a Liberdade — publicado por Gabriela Suchon, em 1693 (4). A questão entre os sexos consistia numa luta pelo poder com armas muito desiguais. As mulheres apelando para a sedução, os homens para a autoridade. "Se recebessem a mesma educação, suas forças se igualariam às nossas" (p. 70). "Parece que a natureza, depois de criar as mulheres dependentes, deu-lhes a liberdade. Nasceu a desordem entre os dois sexos, porque ambos tinham direitos" (p. 46). Defendia abertamente o divórcio: "Nada contribuía mais para a aleigação recíproca do que a possibilidade do divórcio", pois então o casamento levaria em conta o prazer dos sentidos (p. 190). Em carta a seu marido Usbek, escrevia Zénis sobre a sua condição de mulher sem liberdade, aprisionada pelos eunucos, porém na sua prisão paradoxalmente mais livre do que o sul-tão. "Eu viva, enquanto tu apenas vegetas... Sempre que aumentares os cuidados com que me guardas, mais me farás gozar de teus temores e tuas suspeitas, teu ciúme, teus medos são outros tantos sinais de tua dependência" (p. 109).

O pano de fundo do que escreve Montesquieu acena para a diversidade e mutabilidade da natureza humana "que se exprime das maneiras mais diversas e aparece sob uma variedade de formas". "Os viajantes procuram sempre as grandes cidades, que são uma espécie de pátira comum a todos os estrangeiros" (p. 47).

A Religião e as Leis deveriam adequar-se à natureza infinitamente complexa dos seres humanos e à sua sensibilidade moveidça, que ousava desvendar na primeira metade do século XVIII. "Parece que a natureza dos prazeres consiste em serem eles sempre de curta duração: a imaginação sente dificuldade em representar outros" (p. 203). A sua trajetória de libertino — livre-pensador e livre gozador — o levaria a frequentar em Paris uma variedade grande de mulheres e a amar inúmeras. Em 1725, quatro anos após a publicação das Cartas Persas, escreveria um livro sobre o erotismo dedicado à Princesa de Clermont, intitulado Tentou de Gnid. Por
esta época, esboçou também um "Ensaio sobre o Gosto", no qual se aventurava a escrever com aguda sensibilidade sobre a beleza e a estética e que publicaria vinte e cinco anos depois na Grande Enciclopédia de Diderot e D'Alembert.

Polêmico e provocador, o autor das Cartas Persas já prenunciava nesta primeira obra a trajetória intelectual que o levaria a ocupar um dos mais eminentes lugares entre os pioneiros da modernidade. Com a originalidade de sua vocação filosófica e teórica, irreverente e bem-humorado, ressalvou por assuntos vitais. Nas Cartas abordou corajosamente temas delicados como o da necessidade de convívio entre muitas religiões: "Um homem rezava a Deus, todos os dias, esta prece: 'Senhor, nada entendo de tudo o que se põemiza a vosso respeito. Bem vos desejava servir segundo a vossa vontade, mas cada um a quem consulto quer que eu vos sirva ao gosto dele. Quando quero dizer-vos minha prece, não sei em que língua devo falar. Não sei sequer que postura devo ter: um dize que o correto é ficar de pé, outro que devo sentar, um terceiro exige que meu corpo se apóie nos joelhos. E não basta isso: há quem pretenda que todas as manhãs me deveria lavar com água fria; outros sustentam que vós me tereis em horror se eu não me fizer cortar um pedacinho de carne!" (p. 79). Ousou entrar em conflito com a Igreja Católica, defendendo abertamente, ainda quando fervia a questão com os jansenistas, a conveniência da tolerância religiosa: "Pode-se notar que quem professsa uma religião tolerada costuma tornar-se mais útil a sua pátria do que quem pertence à religião dominante: isso porque, afastado das horrorais, só podendo se distinguir por sua opulência e riquezas, a única forma pela qual ele pode adquirir alguma coisa é trabalhando, e abrazando os empregos mais penosos da sociedade." (p. 145). Criticou outros aspectos da Igreja Católica, como a Inquisição, as dispensas e o próprio dogma da providência divina, quando expôs o princípio do livre-arbítrio dos homens como parte da natureza humana. Deus foi capaz de criar, mas delegou ao homem a escolha entre o bem e o mal e a responsabilidade por suas próprias ações. "A alma é artífice de sua própria determinação, mas há ocasiões em que está indeterminada a tal ponto que nem mesmo sabe para que lado se determinar. Certas vezes, por sinal, ela somente se decide para usar de sua liberdade; de maneira que Deus não pode ver essa determinação previamente, nem na ação da alma nem na ação que os objetos exercem sobre ela!" (p. 125).

Arcaria com as consequências de sua opinião, enfrentando a perseguição da Igreja por ocasião da publicação de sua obra maior O Espírito das Leis, que foi indexada em 1750 e, ainda no momento de sua morte, em 1755, quando resistiu às pressões do Bispo para que publicasse um desmentido às Cartas Persas, a que se recusou terminantemente. Em 1721, quando ainda trabalhava intensamente como magistrado, teve a coragem de publicá-las num estado de espírito revelador de sua ousadia espiritual: "Tudo me interessa, tudo me assombra: sou como uma criança a cujos órgãos ainda tenros os menores objetos continuam sendo capazes de marcar intensamente" (p. 82). Irreverente e provocador, definia-se antes livre-pensador do que propriamente religioso praticante: "Acredito na imortalidade da alma conforme o semestre. Minhas opiniões dependem por completo de minha constituição física; segundo eu tenho espíritos animais em número maior ou menor, meu estômago faça a digestão bem ou mal, o ar que respiro seja de boa ou má qualidade, as carnes de que me alimento sejam leves ou pesadas, serei espinhoso, socianiano, católico, impío ou devoto. Quando o médico está ao pé de minha cama, é o melhor momento para o confessor. Sou perfeitamente capaz de impedir a religião de me afligir quando estou bem de saúde; mas autorizo-a a me consolar assim que adoçdo. Quando nada mais tenho a esperar por um lado, a religião se apresenta e me conquista por meio de suas promessas: aceito de bom grado confiar-me a ela e morrer no seio da esperança!" (p. 131).

As Cartas Persas vão da sátira à ciência política, da filosofia do conhecimento à história, da literatura de salão e dos exempla (Cartas, 12, 67, 141) ao tratado sobre o espírito das leis e aos próprios fundamentos das ciências sociais, da demografia, da antropologia, da sociologia e do direito — bem no espírito civilizador e polêmico dos filósofos ilustrados, de que esse seu primeiro livro foi uma das mais influentes obras de propaganda. Sentia necessidade de denunciar problemas sociais, de detectá-los, indicar os males mais imediatos que atribuíam à sociedade francesa e ainda de alcançar suas extensões mais amplas e globais. "Tranquílos quanto à vida presente, despreocupados quanto à futura, não cuidamos nem de consertar os edifícios públicos, nem de conquistar para a lavoura as terras incultas, nem de cultivar as que
podem receber nosso trabalho: vivemos numa insensibilidade completa, e deixamos em mãos da Providência tudo o que resta por fazer" (p. 194). Neste sentido, a sua primeira obra foi um renúncia eficiente das alturas que alcançaria em obras posteriores.

As Cartas Persas documentam as tensões do processo de urbanização e de crescimento econômico instável porque passavam os franceses na Regência do Duque de Orleans, após a morte de Luís XIV. Apesar de membro da aristocracia togada, Montesquieu tem palavras duras para com a decadência dos parlamentos, pelos quais gostaria de lutar e cujo papel político o inspirou a enunciar a teoria da divisão dos poderes. Acreditava que a venalidade dos cargos, que se vendiam e trocavam, garantia certa independência do judiciário, que acabava por ser um meio eficaz de controlar os excessos do despotismo real. Lamentava, porém, os defeitos e vícios dos nobres e a crise por que passavam em seu tempo: "Essas grandes corporações cumpriram o destino das coisas humanas: cederam ao tempo, que tudo destruiu, à corrupção dos costumes, que tudo debilitou, à autoridade suprema, que tudo derrubou" (p. 154). Gostaria de ver ressaltada a independência da nobreza judiciária, porém não poupou críticas ao seu próprio meio social. Refere-se à falta de educação e de grandeza de espírito dos nobres, justamente os que mais deveriam contribuir para regenerar os males que ameaçavam de decadência os franceses (p. 83).

Critic a ascensão social dos burgueses e dos novos-ricos, cujo oportunismo acentuava os vícios do poder real, o favoritismo, a corrupção política. "Os lacaios que fizeram fortuna no reinado passado hoje se gabam de seu nascimento; voltam contra os que acabam de largar a liberdade, numa determinada rua, todo o desprezo com que eram tratados havia apenas meio ano; gritam com todas as forças: Está arruinada a nobreza!... Mas te asseguro que os novos logo se desfarrarão nos que vierem depois deles, e que dentro de uns trinta anos todos estes falsários farão bastante ruido" (p. 226; cf. também pp. 163-4).

Durante o reinado de Luís XIV, os burgueses tinham se insinuado nos cargos de ministros e de intendentes da Corte (8). Na época de Montesquieu, entretanto, durante todo o século XVIII até as vésperas da Revolução, houve tenaz resistência dos nobres, que se apegaram aos privilégios de seu estado para retomar o monopólio dos cargos administrativos e judiciários.

Montesquieu, por motivos pessoais, desistia de seu cargo de presidente do Parlamento e o revendia em 1726. Casado com Jeanne de Lartigue, senhora protestante bastante rica e com apurado senso dos negócios, confiou a ela a administração de suas terras em La Brède, dedicando-se inteiramente à vida de intelectual urbano e às lidas nos salões de Mme. Alemert, em Paris, que lhe abriu finalmente as portas da Academia Francesa.

Nem por participar da vida intelectual urbana e por conviver estritamente com burgueses intelectuais ou negociantes cittadinos (6), deixaria o espírito crítico de Montesquieu de apontar os males mais graves que a seu ver entorpeciam a França. Dentre estes o oportunismo político, o favoritismo real e a instabilidade das grandes fortunas burguesas formadas antes por especulação financeira da que por investimentos no comércio ou na indústria, agravadas pelo desvario da política econômica de John Law.

Admirador do processo comercial e industrial dos ingleses, identificava-se com o crescimento urbano. Admirava a sede de riqueza que se apoderava de todos os burgueses, artesãos, nobres e os forçava a acumular capitais sem limites, procurando sempre mais e mais. "Paris talvez seja a cidade mais sensível do mundo, aquela onde os prazeres encontram seu maior requinte; mas talvez em nenhuma a vida seja tão dura. Para que alguém viva nas delícias, é preciso que em outros trabalhem sem sossego. Uma mulher decide ir a uma reunião vestida de tal forma: deste momento em diante, é necessário que cinquenta artesãos não durmam, não tenham folga nem mesmo para comer e beber: ela manda e é obedecida com mais presteza que nosso próprio monarca, porque o interesse é o maior monarca da Terra. Este ardor pelo trabalho e essa paixão de enriquecer-se se transmitem de condição a condição, desde os artesãos até os grandes do reino" (p. 175).

A especulação desenfreada, a corrupção e a instabilidade política eram obstáculos imediatos à prosperidade dos franceses. Sucediam-se ministros e planos financeiros sem atinarem com o remédio para os males econômicos que agiam no organismo da nação. "É preciso que grandes gênios trabalhem noite e dia, que dêem à luz sem cessar e com enorme dor novos projetos; que escutem a opinião de uma


REVISTA USP 169
infinidade de homens que trabalham para eles sem terem sido solicitados; que se
retirem e vivam no fundo de um gabinete indevisável aos grandes e sagrados para
os pequenos; que tenham sempre a cabeça repleta de segredos importantes, de
propósitos mirabolantes, de sistemas novos, e que de tão absorvidos em suas refle-
xões acabem privados do uso da palavra e às vezes até mesmo da polidez" (p. 225).

Montesquieu criticou acerbamente o ministro John Law e seu plano monetário
que fazia e desfazia fortunas de um dia para o outro. "Todos os que eram ricos
há seis meses hoje estão reduzidos à pobreza e quem não tinha pão agora regurgita
de riquezas. Nunca essas duas extremos estiveram tão próximos... Que fortunas ines-
peradas, inacreditáveis até para quem as fez! Deus não foi mais rápido ao tirar os
homens do nada. Quantos criados servidos hoje por seus colegas, e amanhã, talvez,
por seus amos! Subversão cabal dos princípios da lei e da justiça eram os primeiros
resultados de tamanha instabilidade social e financeira. (...) invocavam leis odiosas
para justificar as ações mais covardes, e davam o nome de necessidade à injustiça
e à perfidia. Vi ser desrespeitada a fé dos contratos, desprezadas as mais sagradas
convenções, violadas todas as leis da família. Vi devedores avarentos — orgulhosos
de sua insolente pobreza, instrumentos indignos de fúria das leis e do rigor dos
tempos — fingirem pagar o que deviam, e assim enfurecem a fácia no peito de seus
beneficiados..." (p. 249). Não parece admirar muito a ascensão fácil dos novos-ricos
ou a trajetória dos cobradores de imposto. "Em Paris, reinam a liberdade e a
igualdade. O nascimento, a virtude, nem mesmo as mais brilhantes provas milita-
res, nada disso basta para salvar um homem da multidão na qual se confunde.
Não se conhece aqui a inveja das posições. Simplesmente se diz que a primeira pessoa
de Paris é a que tem os melhores cavalos atrelados a sua carruagem" (p. 149). Escre-
veu frásies ferinas acerca de burgueses recém-enriquecidos: "O corpo dos lacaio-
eis mais respeitados en França que nos demais países; é um seminário de grandes
senhores: preenche o vazio dos outros estados, seus integrantes ocupam o lugar dos
grandes que caem em desgraça, dos magistrados fálidos, dos fidalgos mortos no
furor da guerra; e, quando seu número já não se mostra suficiente para suceder a
tanta gente, reerguem as grandes famílias por meio de suas filhas, que são como uma
espécie de esterro a fertilizar um solo montanhoso e árido" (pp. 163-4).

Males mais prementes tais como a decadência da população, o despovoamento,
as fortunas predatórias, a diminuição da circulação da moeda, do comércio, das
artes, das manufacturas (p. 193) são atribuídos por Montesquieu a causas mais pro-
fundas, entre as quais certo desequilíbrio entre o despotismo e a liberdade dos
súditos, a inadequação das leis aos costumes, ao clima, à sociedade, a sua má apli-
ciação e ainda, no caso da França, aos males advindos da influência deletriz da
Igreja, cujos mosteiros e conventos provocavam a diminuição dos casamentos
(pp. 192-3).

Devotava sincera admiração aos protestantes e entre esses muito especialmente
aos ingleses, entre os quais a seu ver vicejavam melhor às forças do crescimento
econômico, demográfico e político. Ali "vemos a liberdade nascer o tempo todo
dos fogos da discordia e da sedição; o príncipe sempre instável num trono que nada
pode abalar; uma nação impaciente, sábia em meio à própria fúria e que, govern-
nando o mar (coisa até então inédita), associa comércio e império" (p. 222). Admi-
rava nos ingleses o maior equilíbrio entre o poder dos reis e dos demais estados; a
instituição judiciária e o cumprimento das leis. Acreditava que a tolerância religiosa,
e a relativa igualdade existente entre eles em comparação com o que ocorria na
sociedade francesa de sua época, contribuía decisivamente para uma maior har-
monia entre nobres, burgueses e povos trabalhadores. Em 1715, conheceu em Paris
Henry St.John Bolingbroke, político tory de oposição a Henry Walpole, exiliado por
sua participação na conspiração jacobita. Bolingbroke era também um ensaísta e
filósofo ilustrado e partilhava com Montesquieu as qualidades mundana de homem
de salão: charmoso e melrengo, orador excepcional, era também um conversador
cativante. Suas relações se estreitaram ainda mais de 1731 a 1734, anos em que Mon-
tesquieu viveu em Londres. Concordaram plenamente com a necessidade de forta-
lecer parlamentos para oponer obstáculos aos excessos de poder dos reis.

As Cartas Persas prenunciavam nesse sentido obras posteriores como o Ensato
sobre a Causa da Grandeza dos Romanos e sua Decadência (1734), onde compara
os romanos aos ingleses de sua época. As cartas também já traziam em embrião as
idéias fundamentais do Espírito das Leis (1750). A harmonia dos povos, para Mon-
tesquieu, se regulava pelo maior grau de liberdade reinante entre eles e esta pela
forma dos governos, que a sua ver dependia fundamentalmente da sua capacidade de administrar as leis e de equilibrar os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Fato é que ao publicar as Cartas Persas não hesitou em provocar a reação da Igreja e dos poderes instituídos ao afirmar por exemplo que os homens podiam sobreviver sem Deus porém não sem Justiça. A originalidade de sua contribuição passava pela obra de Jean Bodin e certamente pela luta política dos aristocratas franceses, que no seu tempo procuravam se fortalecer enquanto magistrados do reino. "Poderíamos estar livres do jugo da religião, mas nunca deveríamos repudiar o jugo da equidade" (p. 142). De modo que podia escrever: "se existe um Deus, meu caro Rédi, necessariamente Ele tem de ser justo — porque se não o for, será o pior e mais imperfeito de todos os seres. A Justiça é uma relação de adequação entre duas coisas: essa relação jamais se altera, não importando o ser que se considere, seja Deus, seja um anjo — enfim — seja um homem" (idem, ibidem).

Do equilíbrio ou harmonia entre as relações humanas mais essenciais, ou necessárias, dependeria na verdade a sobrevivência dos povos senão de toda a humanidade. Havia males inerentes à natureza humana ou a certas sociedades, princípios vitais ou vícios profundos que os faziam decair lentamente até eventualmente causar-lhes o exterminio. "Nem todas as destruições são violentas: vemos varias partes da Terra que se cansam de prever a subsistência humana. Como poderemos saber se a Terra não tem causas de lassidade genéricas lentas e imperceptíveis?" (p. 186). Aqui desponta a vocação iluminada de Montesquieu, pois procura as forças atuantes no passado para exorcizá-las do futuro. "Onde mais detenho a mente é diante das enormes mudanças que fizeram as eras tão diferentes das eras, a Terra tão dessemelhante de si mesma" (p. 182). Estas diversidades foram por ele entrevistas como um processo histórico e não sob forma puramente racional ou determinista. "A natureza age sempre com letidez e, por assim dizer, com parcimônia: suas operações jamais são violentas. Até no que produz ela requer moderação. Nunca procede sem regra e medida. Se a aceleramos, ela logo se entorpecce. Usa então para se conservar toda a força que lhe resta, perdendo por completo sua virtude produtiva e sua força geradora" (p. 187).

Deste modo é que divide o pensamento ilustrado, alinhando-se com os adeptos da interpretação histórica do civil, que ressaltavam a racionalidade das relações sociais e políticas (7). No que inaugurou, por oposição ao racionalismo dos jusnaturalistas em geral e de Voltaire e Rousseau em particular, um dos manancial mais moderados dente os filósofos ilustrados. Em suas viagens pela Europa, ao visitar a Itália em 1728 torou conhecimento da obra de Vico que ainda um filósofo pouco conhecido, mas que teria afinidade com os Iluministas alemães como Herder, Dilthey, assim como com a escola histórica conservadora inglesa que se identificará, nos fins do século XVIII, com a obra de Edmund Burke.

Conceitos como o do processo temporal e do passado como força atuante nas sociedades, ou o princípio do relativismo histórico já se pronunciavam em Vico. Entretanto, Montesquieu seria um dos pioneiros deste modo de ver a natureza humana como relativa às peculiaridades do clima, do período e do processo não necessariamente linear de evolução. "O que desejais que te diga? Verdade numa época, erro em outra" (p. 132). Os povos conheciam o progresso, mas ocasionalmente também a decadência e o retrocesso para períodos bárbaros e primitivos, que já teriam vivido no passado e para os quais seriam de novo arrastados. Em seu tempo preocupava-se com o processo lento de despovoamento, que discerne não somente da França, mas em toda a Terra. "... O que assinala um vício interno, um veneno secreto e escondido, uma doença que entorpece e aflige a Natureza humana" (p. 184). "... A Terra, como os outros planetas, está submetida às leis do movimento; sofre em seu interior um perpetuo combate entre seus príncipes; o mar e o continente parecem trazer uma guerra eterna; cada instante produz novas combinações. Os homens, numa morada tão sujeita a mudanças, vivem numa condição igualmente incerta: cem causas podem agir, capazes de destruí-los e, com mais forte razão, de aumentar ou diminuir seu número" (p. 184).

A moderação do poder monárquico se devia aos povos nórdicos entre os quais o poder individual da nobreza guerreira limitava o arbítrio do Príncipe. Era como via as vantagens da monarquia inglesa, onde pressentia uma maior adequação das leis ao meio ambiente e ao clima, do que havia na França em sua época. Este equilíbrio provinha a seu ver principalmente da presença de um poder independente, o judi-

7 Albert Soboul, op. cit., p. 243.
ciário, que garantia a necessária e essencial implementação das leis. Pensador original, foi mais além ao afirmar que a lei, relativa aos costumes, ao clima, não admite uma distinção radical entre o direito público e o direito privado, pois os seus princípios básicos teriam que ser necessariamente os mesmos (p. 157).

A partir do prisma do relativismo histórico, Montesquieu delineou projetos bastante revolucionários, que inspirariam a declaração de direitos humanos dos norte-americanos e exerceriam uma decisiva influência sobre o constitucionalismo liberal dos inícios da Revolução Francesa. Tanto os girondinos, como homens de tendências diferenciadas como Marat, Mirabeau seriam discípulos fiéis ao texto de Montesquieu, como também o seriam após a Revolução os restauradores monarquistas liberais constitucionais.

A tendência em geral moderada seguida mais tarde por seus adeptos não nos deve iludir quanto à ousadia radical das opiniões que Montesquieu ousou expressar na primeira metade do século XVIII. Nisso aparece em sintonia com o radicalismo das opiniões de homens também elitistas e vinculados de certa forma à aristocracia como seria mais de um século depois o caso de Tocqueville e de Burckhardt, cujas críticas anteciparam de muitos anos um diagnóstico pessimista sobre a civilização contemporânea e a cultura de massas. Por paradoxal que seja, este convívio entre alguns intelectuais de elite e o pensamento radical deu margem a críticas, visionárias, pessimistas, que ainda guardam hoje seu impacto inicial.

Outro aspecto que torna atraente na atualidade a leitura de Montesquieu provém do perspectivismo que permeia a forma e o estilo com que lapidou suas idéias. A apresentação de inúmeros pontos de vista expressos através de suas cartas e de uma multiplicidade de testemunhos e personagens nos toca de perto dentro das tendências da hermenêutica mais contemporânea. Confrontar opiniões contrárias, exprimir verdades parciais, através das quais chegar talvez a recompor totalidades mais abrangentes, vêm de encontro às ambigüidades do pensamento crítico de fins do século XX.

Interessante, sobretudo, a contemporaneidade de muitas das observações de Montesquieu nas _Cartas Persas_ para o leitor brasileiro. É verdade que fez críticas contundentes ao tráfico de escravos para as minas do Brasil (p. 193). Não obstante, a obra _Espírito das Leis_ foi uma das mais assíduas nas bibliotecas coloniais brasileiras dos fins do século XVIII, tanto entre os inconformes mineiros — Tomás António Gonzaga, em particular, foi admirador seu —, como nos depoimentos da Dessa do Rio de Janeiro, em 1794 e entre os conjurados baianos. Nenhum ilustrado foi mais citado do que ele pelos estadistas da primeira geração do Império e nos anais da Constituinte de 1823. Por ironia, suas críticas aos desmandos do poder executivo, a sua luta em prol de um judiciário forte soam atuais aos nossos ouvidos hoje. Curiosamente afins aos nossos problemas contemporâneos são os trechos em que denuncia a pobreza e o desamparo de menores na França do século XVIII: "Mas de que serve num Estado esse grande número de crianças entorpecidas pela miséria? Quase todas morrem à medida que vão nascendo; nunca se desenvolvem; fracas, débeis, morrem de mil maneiras no varejo, enquanto são levadas no atacado pelas frequentes doenças populares, que a miséria e a má alimentação não param de produzir. As que sobrevivem atingem a idade viril sem a força adequada e arrastam, debilitadas, o que lhes resta de vida" (p. 199). _As Cartas Persas_ oferecem aos olhos do leitor brasileiro a possibilidade de inúmeras leituras e também vislumbres expressivos da sua atualidade, como por exemplo o modo de Montesquieu tratar os desmandos das sucessivas políticas financeiras, principalmente a sua crítica da atuação do ministro John Law, que para nós toma um colorido familiar. "Vi outros, ainda mais indignos, comprarem por um nada, ou antes levantarem do chão folhas de carvalho (papel-moeda desvalorizado) para colocá-las no lugar da penso das viúvas e dos órfãos" (p. 249). As passagens em que assinala a importância vital de ter leis adequadas a cada sociedade de modo a ser rigorosamente obedecidas também dão o que pensar: "Sejam quais forem as leis, devemos constantemente observá-las, considerando-as como a consciência política, à qual a dos particulares deve sempre se conformar..." (p. 210).

Quem sabe a tradução pudesse oferecer mais notas críticas situando melhor o leitor na época em que o texto foi escrito? Este senão em nada desmerece o trabalho sensível e cuidadoso do tradutor, que tornou acessível em português esta obra essencial da Ilustração francesa do século das luzes.